

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	46
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.243.000
Preferenciais	0
Total	2.243.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1	Ativo Total	59	209	81
1.01	Ativo Circulante	59	209	81
1.01.02	Aplicações Financeiras	50	177	43
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	50	177	43
1.01.06	Tributos a Recuperar	9	26	38
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	6	0
1.01.08.03	Outros	0	6	0
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Funcionários e Diretoria	0	6	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2	Passivo Total	59	209	81
2.01	Passivo Circulante	232	171	311
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	141	59	128
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	141	59	128
2.01.02	Fornecedores	49	97	150
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	49	97	150
2.01.03	Obrigações Fiscais	42	15	33
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42	15	33
2.02	Passivo Não Circulante	11	7	12
2.02.04	Provisões	11	7	12
2.02.04.02	Outras Provisões	11	7	12
2.03	Patrimônio Líquido	-184	31	-242
2.03.01	Capital Social Realizado	5.265	4.176	3.087
2.03.01.01	Capital Subscrito	5.265	4.176	4.176
2.03.01.02	Capital Social a Integralizar	0	0	-1.089
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.449	-4.145	-3.329

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.322	-822	-1.632
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.281	-804	-1.527
3.04.02.01	Despesa com Salários	-549	-314	-705
3.04.02.02	Encargos Sociais e Obrigações Trabalhistas	-308	-174	-293
3.04.02.03	Serviços Técnicos Especializados	-371	-267	-440
3.04.02.04	Anúncios e Publicações	-48	-47	-86
3.04.02.05	Despesas Legais e Societárias	-5	-2	-3
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-41	-18	-105
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.322	-822	-1.632
3.06	Resultado Financeiro	18	6	51
3.06.01	Receitas Financeiras	20	10	56
3.06.02	Despesas Financeiras	-2	-4	-5
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.304	-816	-1.581
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.304	-816	-1.581
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.304	-816	-1.581
3.99.01.01	ON	0,06546	-0,7071	-0,02942
3.99.02.01	ON	0,06546	-0,7071	-0,02942

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.304	-816	-1.581
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.304	-816	-1.581

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.089	-1.089	-1.089
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.304	-816	-1.581
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-1.304	-816	-1.581
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	215	-273	492
6.01.02.01	(Aumento) em Aplicações Financeiras	127	-134	522
6.01.02.02	(Aumento) em Tributos a Recuperar	17	12	-13
6.01.02.03	(Aumento) em Adiantamentos a Funcionários	6	-6	0
6.01.02.04	Aumento em Fornecedores	-48	-53	26
6.01.02.05	Aumento em Obrigacoes Fiscais	27	-18	-33
6.01.02.06	Aumento em Obrigacoes Sociais e Trabalhistas	82	-69	-10
6.01.02.08	Aumento em Outras Provisoes	4	-5	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.089	1.089	1.089
6.03.01	Integralização de Capital	1.089	1.089	1.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.176	0	0	-4.145	0	31
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.176	0	0	-4.145	0	31
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.089	0	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	1.089	0	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.304	0	-1.304
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.304	0	-1.304
5.07	Saldos Finais	5.265	0	0	-5.449	0	-184

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.176	-1.089	0	-3.329	0	-242
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.089	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	0	1.089	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-816	0	-816
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-816	0	-816
5.07	Saldos Finais	4.176	0	0	-4.145	0	31

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.998	0	0	-1.748	0	250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.089	0	0	0	0	1.089
5.04.01	Aumentos de Capital	1.089	0	0	0	0	1.089
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.581	0	-1.581
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.581	0	-1.581
5.07	Saldos Finais	3.087	0	0	-3.329	0	-242

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-443	-316	-529
7.03	Valor Adicionado Bruto	-443	-316	-529
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-443	-316	-529
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18	6	51
7.06.02	Receitas Financeiras	20	10	56
7.06.03	Outros	-2	-4	-5
7.06.03.01	Despesas Financeiras	-2	-4	-5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-425	-310	-478
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-425	-310	-478
7.08.01	Pessoal	857	488	1.084
7.08.01.01	Remuneração Direta	637	368	819
7.08.01.03	F.G.T.S.	76	25	69
7.08.01.04	Outros	144	95	196
7.08.01.04.01	I.N.S.S	144	95	196
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22	18	19
7.08.02.01	Federais	22	18	19
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.304	-816	-1.581
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.304	-816	-1.581

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 22.983.283/0001-71
NIRE: 333.0031695-7

Companhia Carioca de Securitização

Relatório da Administração

Exercício Social de 2019

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia” ou “Rio Securitização”) apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, com respectivas Notas Explicativas, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Sumário

I.	MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
I.I	CONTEXTO ECONÔMICO	2
I.II	CENÁRIO DE OPORTUNIDADE	7
I.III	EVENTOS EXÓGENOS	7
I.V.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS	8
II.	AUDITORES INDEPENDENTES	9
III.	DECLARAÇÃO DA DIRETORIA.....	9

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

I. Mensagem da administração

Em 2019, após a assunção de novos diretores na Companhia da Carioca de Securitização, a atual Diretoria adotou uma nova postura e visão operacional e estratégica sobre a securitização no âmbito do município. Neste processo de ruptura, realizamos escolhas difíceis, que exigiram romper contratos anteriores e buscar alternativas para o triunfo da operação na municipalidade. Nesta transição de um modelo de gestão para outro, confiamos que nos sagraremos vencedores desse processo, obtendo êxito nesta empreitada.

Em nosso entender, este conjunto de mudanças estruturais se fez necessário, tendo em vista que o objeto social da Companhia fora afetado por eventos exógenos, que impactaram diretamente o sucesso da operação. Consideramos que o resultado deste trabalho, que tem exigido avançada dedicação dos integrantes da Companhia dependerá da convicção, consistência e persistência para fazer e manter as mudanças necessárias, coragem para correr riscos, disposição para avançar e humildade para assumir e corrigir erros eventualmente ocorridos nesse desiderato.

Com esses compromissos em mente, e com a execução de um modelo focado na eficiência operacional, na visão estratégica de longo prazo, e na inovação temos a firme certeza de que poderemos ser uma referência em operações de securitização de entes públicos. E convém destacar que estas ações foram implementadas para o aproveitamento das oportunidades, neste momento de retomada do crescimento econômico nacional, e levando em consideração a atual situação econômica e os interesses do Município do Rio de Janeiro, acionista majoritário da Companhia.

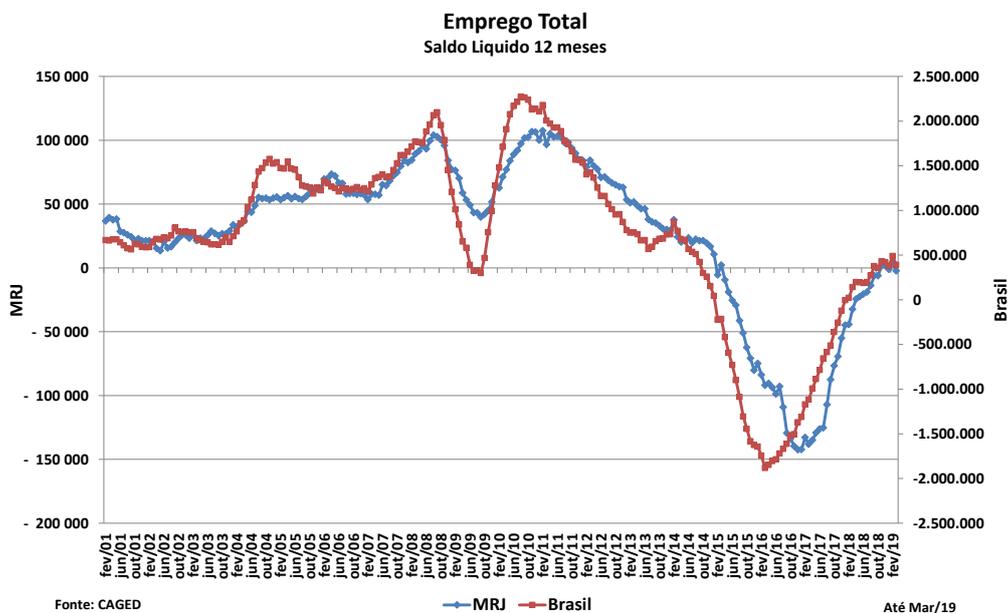
I.I. Contexto Econômico

Convém demonstrar o cenário econômico do Município do Rio de Janeiro em 2019 e como a crise econômica que atingiu o Brasil entre 2014 e 2016 teve um forte impacto na cidade, cuja face mais sensível foi uma forte deterioração do mercado de trabalho, como pode ser observado no gráfico abaixo – que retrata a geração/perda líquida de empregos formais no Município e no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO



Como se pode perceber, a dinâmica do emprego na Cidade não difere daquela observada no agregado da economia brasileira, e, em ambas, fica evidente a severidade da crise e a aparente interrupção da recuperação que vinha sendo observada – evidenciada pelo fato de que ambas as curvas estão “andando de lado”. Merece destaque também o fato de que, no caso da economia carioca, sequer houve criação consistente de empregos. Vale destacar também que de 2015 até março de 2019 foram perdidos cerca de 260 mil empregos na Cidade.

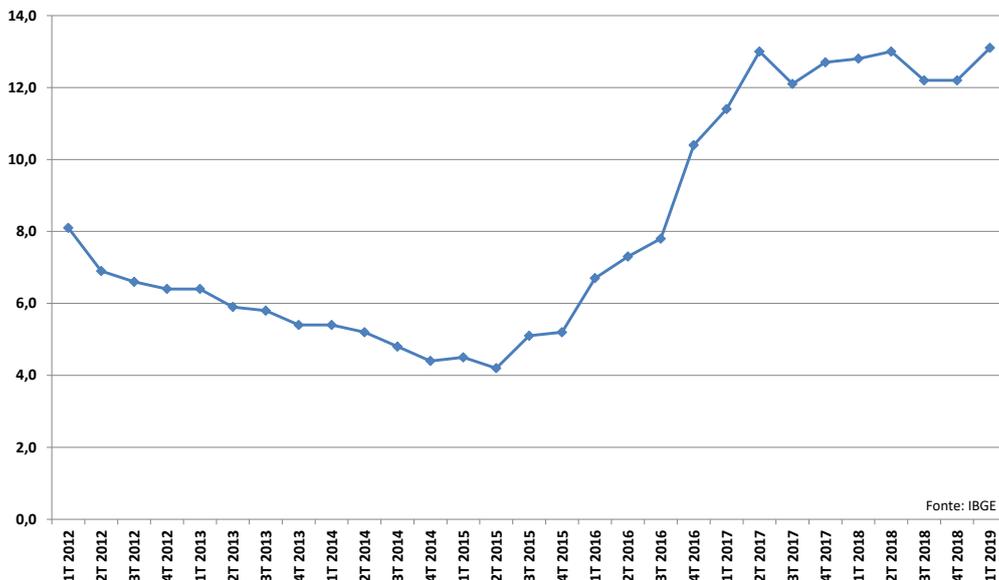
Para finalizar a caracterização da dinâmica do mercado de trabalho, o gráfico abaixo traz a taxa trimestral de desocupação na Cidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Taxa de Desemprego Trimestral - MRJ (%)



O gráfico acima mostra a rápida reversão da taxa de desemprego no Município – que quadruplicou entre o segundo trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2017. Note-se, adicionalmente, que a taxa subiu 1,0 ponto percentual entre o fim de 2018 e o início de 2019, denotando uma economia ainda sem perspectivas de recuperação.

Corroborando a avaliação acima temos o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM): um indicador elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas: 1) Emprego & Renda, 2) Educação e 3) Saúde. Em sua última versão, com dados de 2016, o índice mostra que a Cidade do Rio de Janeiro está entre as capitais que mais perderam posições em relação ao período pré-crise (2013), saindo da 5ª para 11ª colocação, sobretudo pela queda do IFDM Emprego & Renda. Em valores absolutos, o índice total caiu de 0,8401 para 0,7886.

A severidade da crise econômica se refletiu de forma marcante na arrecadação municipal. Os gráficos abaixo evidenciam e exemplificam esta afirmação ao mostrar: i) a forte correlação existente entre as variações do emprego formal na Cidade e as variações na arrecadação de ISS (principal tributo municipal e responsável por cerca de 50% da arrecadação tributária) e; ii) a acentuada redução da Receita Corrente Líquida (RCL) real no período recessivo.

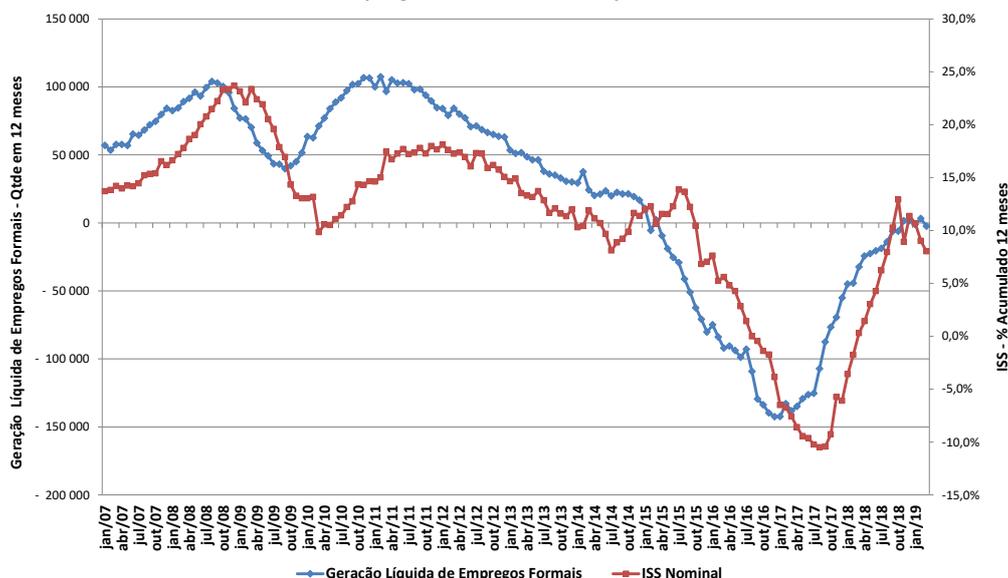
O gráfico abaixo mostra a forte correlação existente entre as variações no emprego e as variações da receita de ISS. Um corolário dessa observação é que as perspectivas do emprego para os meses à frente vai influir de forma determinante no comportamento da arrecadação futura de ISS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Emprego Formal x Arrecadação ISS



Já no gráfico a seguir temos o comportamento do nível da RCL do Município (acumulada em 12 meses).

**Receita Corrente Líquida Real (RCL) MRJ
Acumulada em 12 meses**



Neste contexto, é importante notar que a Receita Corrente Líquida real do Município parou de crescer em 2013, começou a cair de forma consistente em 2016 e ainda se encontra abaixo das máximas históricas (mediana 2013/16). A defasagem da RCL em relação aos níveis medianos de 2013/16 já foi de cerca de R\$ 3,0 bilhões em 2017, primeiro ano da atual administração, e atualmente se encontra na faixa dos R\$ 2,0 bilhões, o que denota a gravidade da perda de recursos causada pela crise econômica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

O que fica evidente nos gráficos acima é que a atividade econômica não vem dando suporte ao crescimento das receitas do Município, o que se dá tanto pelo lado da arrecadação própria – pela fraqueza da atividade econômica na Cidade – quanto das transferências – pela falta de dinamismo da atividade econômica do país.

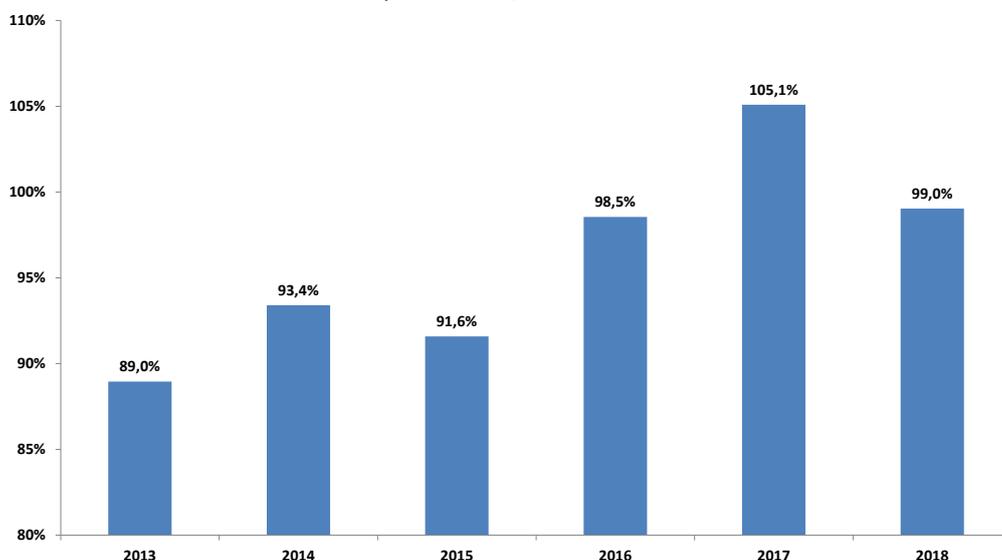
Este cenário traz sensíveis desafios à administração municipal, ainda mais em uma conjuntura de aumento da demanda por serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Tal elevação da procura por serviços essenciais se explica pelo desemprego: de um lado os cidadãos perdem os planos de saúde pagos pelas empresas e, de outro, a perda de renda os impede de financiar educação privada para os filhos.

Mais ainda, além dos serviços públicos citados acima, o Município se vê diante de severos desafios para financiar, com recursos próprios, os diversos investimentos que se fazem necessários ao dia-a-dia da Cidade.

Neste sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional, em seu Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, de novembro de 2018, analisa os dados sobre Financiamento dos Investimentos. Ela utiliza um indicador que mede a diferença entre o total gasto pelo Município com investimentos e as receitas de transferências de capital e de operações de crédito, e demonstra que a Cidade do Rio de Janeiro é a capital que menos investe com recursos próprios.

A evolução conjunta das receitas e despesas da Cidade é retratada no gráfico a seguir, que mostra a evolução do indicador de Poupança Corrente do Município – obtido pela divisão entre as Despesas Correntes e as Receitas Correntes. Desta perspectiva, fica clara a evolução desfavorável do indicador a partir de 2016, o que corrobora o quadro traçado anteriormente, com destaque para o ano de 2017 – o pior ano da crise e primeiro ano da atual administração.

Indicador de Poupança Corrente
Despesas Correntes / Receitas Correntes



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Pelo lado do endividamento, a cidade apresenta um Serviço da Dívida/RCL, de 4,75%, abaixo do limite de 11,5% e uma relação entre a Dívida Consolidada e a Receita Corrente Líquida de 72,58%, contra um limite de 120%. Estes valores são confortáveis do ponto de vista da legislação em vigor, no entanto, o serviço dessa dívida pressiona o fluxo de caixa do Tesouro Municipal em um momento extremamente delicado – restringindo, do ponto de vista prático, a tomada de novas dívidas por parte do Município. Por outro lado, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) atribuiu para a cidade uma nota C no CAPAG¹, restringindo as operações de crédito garantidas pela União, pois são autorizados a tomarem empréstimos garantidos pela União apenas os Entes com conceito superior à nota C. Isto inviabiliza algumas operações de créditos como forma de financiamento para a cidade do Rio de Janeiro.

Neste contexto, uma difícil tarefa para a atual administração é criar uma ponte para atravessar o atual período de baixa atividade econômica (nacional e municipal), baixa arrecadação e incremento da demanda por serviços públicos. É neste momento que o uso da tecnologia financeira da Securitização se torna um recurso técnico oportuno para a captação de recursos no mercado de capitais, sem pressionar o fluxo de caixa da Prefeitura, como no caso de uma contratação de empréstimos bancários.

I.II. Cenário de Oportunidade

A Securitização tornou-se oportuna a partir dos indicadores econômicos específicos, bem como em virtude da profundidade dos efeitos da crise econômica sobre a arrecadação do município. A circunstância econômica provocou uma defasagem da Receita Corrente Líquida (RCL) em cerca de R\$ 3,0 bilhões em 2017, em relação aos níveis medianos de 2013/16, a qual atualmente permanece na faixa crítica dos R\$ 2,0 bilhões.

Ademais, em virtude da debilidade do quadro financeiro local, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ao atribuir “Nota C” ao Município do RIO no CAPAG, restringiu enfaticamente a viabilidade das operações de crédito garantidas pela União, e inibiu a contratação de modalidades tradicionais de financiamento, expandindo a possibilidade de uso da securitização.

Desse modo, em face do contexto narrado no item I.I. a securitização passou a se impor como uma ferramenta jurídico-financeira oportuna, viável e adequada ao Município do Rio, diante das severas circunstâncias apontadas, tornando-se um caminho efetivo e viável para a captação de recursos no mercado financeiro e de capitais, sem a contratação de uma operação de crédito.

Neste contexto, a difícil tarefa para a atual administração é solidificar essa solução financeira no âmbito público, de modo a proporcionar o enfrentamento do atual período de baixa atividade econômica (nacional e municipal), baixa arrecadação e incremento crescente da demanda por serviços públicos, o que produz a necessidade de novas despesas. É neste momento de crise que o uso da tecnologia financeira da Securitização encontra azo para a captação de recursos no mercado de capitais, **sem pressionar o fluxo de caixa da Prefeitura**, como no caso de uma contratação de Operação de Crédito.

Pelo exposto, fica demonstrado que a tecnologia financeira da securitização é uma oportunidade para o Município captar recursos junto ao mercado financeiro e de capitais, por meio desta desintermediação financeira, reduzir os custos com a captação e gerar liquidez sobre o montante dos créditos inadimplidos.

¹ Conjunto de indicadores que a STN usa para viabilizar ou não as garantias de crédito internacionais por parte da União.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

I.III. Eventos Exógenos

O Contrato nº 01/2016 – RIOSEC, celebrado entre a Companhia Carioca de Securitização e o Consórcio Avança Rio, constituído pelas empresas: (i) Banco Fator S/A, (ii) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S/A², (iii) Banco Caixa Geral – Brasil S/A e o (iv) Banco ABC Brasil S/A, consórcio denominado “Avança Rio”, liderado pelo Banco Fator S/A, no curso de sua duração, sofreu inúmeros aditamentos decorrentes de causas exógenas, visando à suspensão do seu cumprimento.

As referidas suspensões foram provocadas, inicialmente, mediante comunicação direta do Consórcio Avança Rio, dentro da qual listou-se um conjunto de eventos externos que provocaram impactos incidentais na execução do cronograma do Contrato 01/2016 – RIOSEC, os quais redundaram na resolução amigável de interrupção do contrato para não prejudicar o êxito da operação.

O conjunto de elementos e eventos externos apresentados pelo Consórcio, segundo entendimento consolidado à época, culminariam em efeitos sobre o mercado financeiro, afetando sobremaneira o andamento e o êxito da operação. Os referidos “eventos externos” constituíram na visão da gestão anterior um “risco direto à segurança jurídica para a securitização de recebíveis da dívida ativa dos entes públicos”, impactando na operacionalização da Companhia Carioca de Securitização.

Nesse sentido, em face das decisões anteriores, o objeto social da Companhia permaneceu pré-operacional, desde sua constituição até o encerramento do exercício social de 2019, havendo no momento uma nova frente de esforços contínuos e concentrados para consolidação das operações de securitização com um novo modelo de gestão, de técnica financeira e de eficiência operacional.

Por fim, relativamente à gestão do sobredito contrato, restou a essa Diretoria rescindi-lo, ante ao transcurso do tempo sem que o contrato produzisse efeitos, e também em virtude da absoluta inadequação do objeto previsto alhures (que era mais restrito) a modalidade de securitização a ser efetuada no atual estado de evolução da tecnologia jurídico-financeira que constitui a securitização atual (cujo escopo é mais amplo e permite a captação de recursos com maior eficiência).

I.V. Considerações Finais e Perspectivas

A Administração da Companhia é otimista com o potencial de crescimento do mercado de crédito privado no País, em especial das operações estruturadas, como a securitização, notadamente as operações lastreadas em direitos creditórios de entes públicos. Esperamos que em 2020 o cenário macroeconômico se apresente sob perspectiva de melhora, com retomada do crescimento do Brasil, e consequentemente do Município do Rio de Janeiro.

Em nossa opinião, a securitização lastreada em direitos creditórios originários de natureza tributária e não tributária irá se tornar uma estratégia comum de captação de recursos para os Entes Públicos. Com a queda da taxa básica de juros, a SELIC, e considerando esta redução dos juros nos últimos anos, este movimento irá atrair novos investidores dispostos a assumir maiores riscos na busca por

² O Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S/A em 2017 solicitou a saída do Consórcio, que passou a figurar com a seguinte composição: “Bancos Fator S.A., com 40%, o Banco ABC Brasil S.A., com 40%, e o Banco Caixa Geral - Brasil S.A., com 20%”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

rentabilidade e diversificação de seus investimentos, permitindo em conjunto a diversificação de fonte de captação recursos para os Entes Públicos.

II. Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia Carioca de Securitização informa que utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (EY) para a Revisão Especial de suas informações trimestrais e Auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2019. Informa-se, em complemento, que não foram contratados serviços dos sobreditos auditores que pudessem afetar a sua independência em relação à Companhia no exercício supra referido.

III. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., emitido em 25 de fevereiro de 2020, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, (RJ), 12 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO KERBES

Diretor-Presidente

SALOMÃO DE SOUZA NETO

Diretor de Relações com Investidores e Administrativo-Financeiro

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”) é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro (“Município”), autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, e constituída pelo Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de julho de 2015, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro. O seu objeto social consiste na aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município, originários de créditos vencidos, de natureza tributária e não tributária, inscritos ou não em dívida ativa, objeto de parcelamento ou não, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

A Companhia teve seu pedido de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) deferido em 27 de junho de 2016, sob o código 23949, como Emissora de Valores Mobiliários na Categoria B, na forma da Instrução nº 480/2009, prestando regularmente todas as informações e obrigações exigidas pela CVM para essa categoria. A Companhia, manteve-se pré-operacional desde sua constituição, em virtude de eventos externos e independentes de seu desempenho, que impactaram a execução do seu objeto social, tardando o bom andamento e implemento de suas operações; por decorrência, a Companhia vem recebendo aportes financeiros de seus acionistas para que possa honrar seus compromissos de curto prazo.

Visando superar os problemas externos que impactaram o andamento da Securitização, a Companhia passou a se dedicar em múltiplas frentes para modernizar as ferramentas e a legislação em âmbito municipal para viabilizar a captação de recursos ao município e superar os obstáculos. Para tanto, foi necessário amparar tecnicamente a estrutura jurídico-administrativa do Município, bem como idealizar uma estrutura jurídica interna independente para permitir que a Companhia viesse a reunir as condições administrativas para entrar em operação definitivamente.

Perseguindo o escopo referido, em meados de 2019, a Companhia passou por uma reformulação profunda da sua estrutura de cargos para acelerar e concretizar a Securitização em âmbito municipal, constituindo novos Diretores (DRI e Presidente) e órgão jurídico próprio, especializados na tecnologia financeira que se pretende empreender para, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, acelerar e viabilizar em definitivo o exercício do objeto social da empresa.

A reformulação da estrutura interna serviu, portanto, para auxiliar na criação, desenvolvimento e implemento de um novo modelo de Securitização da Dívida Ativa Municipal, que constitui uma modalidade mais atualizada de engenharia e gestão financeira para captação de recursos, chamada de Securitização de 3ª Geração.



Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2019, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no valor de R\$184, prejuízo acumulado no montante de R\$5.449 e prejuízo de R\$1.304 no exercício findo nesta data.

Os pontos expressos acima indicam que existe incerteza relevante sobre condições e eventos que podem levantar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia, que está diretamente condicionada ao sucesso do plano de negócio estabelecido pela Administração bem como aprovação do início das atividades pelas devidas autoridades.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

b) Julgamento e estimativas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

c) Sazonalidade das transações

Considerando as atividades em que a Companhia se envolve, a natureza de suas transações não é

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

cíclica nem sazonal. Consequentemente, não são fornecidas divulgações sobre sazonalidade nessas notas explicativas às demonstrações contábeis.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

e) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, exceto pelas informações já mencionadas na Nota 1, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações contábeis são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem penalidades, com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do exercício.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável.

c) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência.

d) Ativo circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das demonstrações contábeis.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$60 no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

g) Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Ativos e passivos contingentes--Continuação

O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas: são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação.

h) Resultado por ação básico e diluído

É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que a Companhia se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseado no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido, além do seu fluxo de caixa contratual. A Companhia pode classificar seus instrumentos financeiros como mensurados ao valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com ou sem reciclagem, ou ao custo amortizado. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido dos custos das transações, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações no valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação".

Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receitas ou despesas de juros e dividendos são reconhecidas em "Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação".

Estão incluídos nessa classificação: instrumentos de dívida, ações, posições vendidas que tenham sido adquiridos especialmente com a finalidade de negociação de curto prazo.

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, no reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado--Continuação

A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros, ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo e juros auferidos ou incorridos são registrados em "Resultado líquido com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem ações, instrumentos de dívida:

a) Participações societárias

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer uma escolha irrevogável por reconhecer em "Outros resultados abrangentes" as variações no valor justo de participações que não estão mantidas para negociação, nem recebível contingente por parte de um adquirente no caso de uma combinação de negócios, conforme previsto no CPC 15 (R1). Como consequência da opção acima descrita, apenas a remuneração proveniente de dividendos que não representa claramente uma recuperação de parte do custo de investimento é reconhecida no resultado, e qualquer outro ganho ou perda (incluindo aqueles vinculados à variação cambial) é reconhecido nos outros resultados abrangentes. Esses ganhos e perdas permanecem no patrimônio e não podem ser reclassificados para o resultado, mesmo em evento de baixa do ativo. Após a baixa do ativo, a Companhia pode reclassificar o ganho/(perda) acumulado dos outros resultados abrangentes para os lucros ou prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Investimentos designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes--Continuação

b) Instrumentos de dívida

Instrumentos de dívida podem ser classificados como ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se: o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ganhos ou perdas não realizados são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizados, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado como "Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes".

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, a Companhia não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que passem a constituir parte integrante da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Reclassificações

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no exercício posterior à mudança de modelo de negócio utilizado pela Companhia para administrar seus ativos financeiros.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, a Companhia deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas em um exercício de 12 meses e reconhecer estas como provisão, apesar de nenhuma perda efetiva ter se materializado ainda. Essa regra conduz a uma mudança de conceito concomitante à adoção do CPC 48, que passa a apresentar um modelo de perdas esperadas enquanto um modelo de perdas incorridas era usado no CPC 38.

Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimento e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo, a diferença entre o fluxo de caixa devido à Entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração--Continuação

Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de *covenants*;
- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

A Companhia deve baixar o valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.

Nível 2: cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

Nível 3: modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um *input*, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando *inputs* podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este *input* é utilizado. Caso contrário, a Companhia determina um nível adequado para a entrada do *input*.

j) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4. Novas normas e interpretações contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo era composto conforme segue:

	Nível - valor justo	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Aplicação em cotas de fundos de investimento (i)	2	50	50	177	177

(i) As cotas de fundos de investimentos são precificadas com base nas informações de valor de cota divulgado pelos administradores dos fundos de investimento. Os fundos são administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido com instrumentos financeiros para negociação	18	6
Total	18	6

6. Impostos a compensar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ a recuperar	9	26
Total	9	26

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo era composto conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Serviços prestados por terceiros (i)	49	97
	49	97

(i) Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativas a serviços de auditoria externa, de contabilidade e de assessoria jurídica.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

8. Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRRF sobre salários a recolher	42	15
	<u>42</u>	<u>15</u>

9. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	57	13
Férias	40	25
INSS a pagar	34	16
FGTS a pagar	10	5
	<u>141</u>	<u>59</u>

10. Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo era composto conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caução de contratos	11	7
	<u>11</u>	<u>7</u>

11. Despesas com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Despesas com pessoal--Continuação

	31/12/2019	31/12/2018
Salários (Nota 14.b)	549	314
INSS	144	95
FGTS	76	25
Férias	45	28
13º salário	26	21
Gratificações	17	2
Licença remunerada	-	3
Total	857	488

12. Despesas gerais e administrativas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo referente ao resultado era composto conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Assessoria jurídica	160	-
Auditoria e assessoria contábil	211	267
Anúncios e publicações	48	47
Juros multas e encargos	19	-
Legais e societárias	5	2
	443	316

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de janeiro de 2016, o acionista da Companhia integralizou o capital social no valor de R\$1.000 subscrito em 2015.

Em 20 de abril de 2016, foi transferida 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A - CDURP.

Em 13 de setembro de 2016, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, aprovaram o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 3.500 (três mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas, e sem valor nominal, no montante de R\$998.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em 16 de março de 2017, através de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração, na presença dos acionistas da Companhia, deliberaram pelo aumento do capital social no valor de R\$1.089, mediante a emissão de 60.500 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, e este foi integralizado em 30 de março de 2017.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de dezembro de 2017, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.089 mediante a emissão de 1.089.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O aporte será integralizado na seguinte forma: (i) R\$500 no prazo de até 30 dias, que ocorreu no dia 15 de janeiro de 2018; e (ii) R\$589 até o final do exercício social pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi integralizado o montante de R\$1.089.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 8 de fevereiro de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$784 mediante a emissão de 783.600 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 28 de fevereiro de 2019.

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 19 de julho de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$305 mediante a emissão de 305.400 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizado em 13 de novembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado é de R\$5.265 e está representado por 2.243.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$10.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas.

É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.

Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de lucros

A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

d) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme informações abaixo:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ON	<u>2.243.000</u>	1.154.000
Total de ações	<u>2.243.000</u>	<u>1.154.000</u>

Notas Explicativas**Companhia Carioca de Securitização**

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido--Continuaçãod) Resultado por ação--Continuação

Movimentação na quantidade de ações

	<u>Data</u>	<u>Ações</u>
Quantidade inicial	31/12/2016	4.500
Aumento de capital	16/03/2017	60.500
Aumento de capital	22/12/2017	1.089.000
Aumento de capital	08/02/2019	783.600
Aumento de capital	19/07/2019	305.400
	31/12/2019	2.243.000

Média ponderada do número de ações ordinárias

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2018	1.154.000	365	1.154.000
08/02/2019	783.600	326	699.873
19/07/2019	305.400	165	138.058
31/12/2019	2.243.000		1.991.930

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do exercício findo em 31/12/2019</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
31/12/2019	(1.304)	1.991.930	(0,0007)

<u>Data</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Número de dias</u>	<u>Média ponderada de ações</u>
31/12/2018	1.154.000	365	1.154.000
31/12/2018	1.154.000		1.154.000

<u>Data</u>	<u>Prejuízo do exercício findo em 31/12/2018</u>	<u>Média ponderada de ações ordinárias</u>	<u>Prejuízo por ação</u>
31/12/2018	(816)	1.154.000	(0,0007)

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Partes relacionadas

a) Controlador

O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 2.242.999 (dois milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Administradores

A Administração da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na Assembleia Geral na forma do Estatuto de legislação aplicável.

O Decreto Rio nº 43509, de 7 de agosto de 2017, limitou a retribuição pecuniária mensal dos membros do Conselho Administrativo e fiscais no âmbito da Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro, a R\$2.000,00 (dois mil reais) e R\$1.000,00 (um mil reais), respectivamente.

Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

Os Administradores da Companhia receberam remuneração no valor de R\$549 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$314 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

15. Contingências

A Administração avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra a Companhia e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da Administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. Gerenciamento do risco

Os passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores. A Companhia possui ativos financeiros, aplicações em cotas de fundos de investimento, efetuadas com os recursos oriundos do aporte de capital.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Em 31 de dezembro de 2019, a exposição de ativos financeiros estava concentrada no Brasil, no setor bancário.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui ativos financeiros vencidos ou sem perspectiva de recuperação.

Risco de liquidez

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de aplicações em ativos financeiros de disponibilidade imediata.

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

17. Gerenciamento do risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

A tabela abaixo resume a expectativa de fluxo de caixa para os ativos financeiros mantidos do balanço:

	31/12/2019		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	50	-	50
	50	-	50

	31/12/2018		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 5)	177	-	177
	177	-	177

A tabela abaixo apresenta análise do fluxo de caixa para os passivos financeiros na data do balanço:

	31/12/2019		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	141	-	141
Fornecedores (Nota 7)	49	-	49
Obrigações tributárias (Nota 8)	42	-	42
Outras obrigações (Nota 10)	-	11	11
Total	232	11	243

	31/12/2018		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Obrigações trabalhistas (Nota 9)	59	-	59
Fornecedores (Nota 7)	97	-	97
Obrigações tributárias (Nota 8)	15	-	15
Outras obrigações (Nota 10)	-	7	7
Total	171	7	178

18. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada no dia 14 de janeiro de 2020, foram deliberados e aprovados: (i) o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$1.000 mediante a emissão de 1.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, aporte que será integralizado pelo Município do Rio de Janeiro, principal acionista da Companhia; e (ii) a alteração do Estatuto Social da

Notas Explicativas

Companhia Carioca de Securitização

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Companhia em decorrência das disposições impostas pela Lei Federal nº 13.303/2016.

Os impactos econômicos, em virtude da Crise, iniciada com o avanço da Covid-19, provocará enorme incerteza e volatilidade no mercado doméstico de juros, razão pela qual investidores tenderão a buscar novas alocações, buscando liquidez e ajuste à exposição ao risco dos seus ativos. O que na visão da Diretoria da Companhia irá ocorrer pelo movimento da reprecificação da curva doméstica de juros, gerando a necessidade de cautela, e que a Companhia aguarde um momento mais favorável para colocação dos valores mobiliários no mercado de capitais.

Acreditamos que ao longo do segundo semestre de 2020, e ao longo de 2021, à medida em que o efeitos resultantes da Pandemia da Covid-19 forem se dissipando, a aversão ao risco deve se reduzir, e a economia doméstica deve voltar a ganhar força, abrindo espaço para captação de recursos no mercado de crédito privado nacional. Importante destacar, que a Companhia está em fase pré-operacional, na fase de estruturação e análise da carteira de créditos, com expectativa de colocação dos valores mobiliários no início do segundo semestre de 2020.

Mesmo diante desse cenário extremamente difícil, e sabendo que a Companhia será diretamente impactada pelos acontecimentos recentes, entretanto, também acreditamos que este mesmo cenário pode criar oportunidades adiante. O ano de 2020 deve apresentar uma contração da economia nacional e local no primeiro semestre, mas esperamos um crescimento da atividade e recuperação no segundo semestres deste ano, e ao longo de 2021, resultante, em grande parte, das ações e medidas que dos Bancos Centrais, ao redor do globo, adotarão para tentar irrigar seus sistemas financeiros, tornando a colocação dos valores mobiliários no segundo semestre em cenário de oportunidade para Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Carioca de Securitização
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Carioca de Securitização (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e apresentava, em 31 de dezembro de 2019, patrimônio líquido negativo de R\$184 mil, prejuízo acumulado de R\$5.449 mil e prejuízo de R\$1.304 mil no exercício findo naquela data. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Despesas com pessoal

A Companhia apresentou despesas com pessoal no montante de R\$857 mil, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Devido à situação pré-operacional da Companhia, pelo impacto direto no seu resultado operacional e devido à materialidade no contexto das demonstrações contábeis, a despesa com pessoal é considerada uma das principais áreas de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o: (i) entendimento do processo de folha de pagamento; (ii) análise da folha de pagamento em base amostral para o exercício; (iii) recálculo dos impostos que incidem sobre os salários dos funcionários e administradores; e (iv) a valorização dos benefícios dos funcionários e administradores, reconhecidos durante o exercício findo em 31 de 2019. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto incluídas na nota explicativa nº 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a rubrica de despesa com pessoal, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e critérios adotados pela administração no reconhecimento das despesas

com pessoal, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gilberto Bizerra De Souza
Sócio Contador - CRC-1RJ076328/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO S.A. - RIO SECURITIZAÇÃO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Carioca de Securitização, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Lucro e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base em seu trabalho de acompanhamento, nos documentos examinados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 27 de março de 2020, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é da opinião que os referidos refletem apropriadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e, portanto, reúnem condições de serem submetidos e aprovados na Assembleia Geral Ordinária.
É o Parecer.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

EUNICE SOUSA SORRILHA DE CARVALHO

ANGELA DE AREZZO MEIRELES

HENRIQUE BAPTISTA MARQUES JUNIOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Carlos Alberto Kerbes
Diretor Presidente

Salomão de Souza Neto
Diretor de Relações com Investidores e Administrativo - Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO

Declaramos, na qualidade de Diretores da COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, anexo sala 506- parte, CEP 20211-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.983.283/0001-71, nos termos dos incisos V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, datado de 27 de março de 2019, relativamente às informações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Carlos Alberto Kerbes
Diretor Presidente

Salomão de Souza Neto
Diretor de Relações com Investidores e Administrativo - Financeiro